



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Vem o Conselho de Administração apresentar ao Governo o Relatório do Exercício de 1976, acompanhado do Mapa de Origem e Aplicação de Fundos, da Conta de Ganhos e Perdas e do Balanço.

Dominaram a vida dos CTT em 1976 os seguintes factos:

- Alteração parcial do tarifário postal nacional a partir de 1 de Janeiro. O porte mínimo da carta ordinária passou de 2\$00 para 3\$00, não tendo sido abrangidos por esta alteração os sectores de encomendas e vales.
- Alteração do tarifário postal internacional a partir de 1 de Janeiro, em consequência das modificações introduzidas pelo Congresso da União Postal Universal, celebrado em Lausana. O porte mínimo da carta ordinária que era de 3\$50 foi fixado em 6\$00
- Início das negociações entre o Conselho de Administração e os Sindicatos representativos dos trabalhadores da Empresa com vista ao estabelecimento do primeiro Acordo Colectivo de Trabalho.
- Manutenção da tendência negativa da procura de serviços postais e de telegramas e comportamento positivo dos tráfegos telefónico e de telex.
- Abolição completa da gratuidade dos serviços postais.
- Celebração com a República Democrática de S. Tomé e Príncipe de dois acordos especiais no domínio postal e de um acordo de telecomunicações.
- Alteração das taxas de amortização praticadas na Empresa, a fim de as adequar à vida útil das várias parcelas do imobilizado.
- Manutenção do esforço de investimento que ultrapassou 1.5 milhões de contos.
- Agravamento da situação económica da Empresa que encerrou a sua actividade com um défice de 330 mil contos. Contribuíram para este agravamento, entre outras causas, a alteração verificada nas taxas de amortização, a subida da taxa de juro no mercado de capitais e a manutenção do enorme desajustamento dos preços dos serviços postais em relação aos respectivos custos de produção.

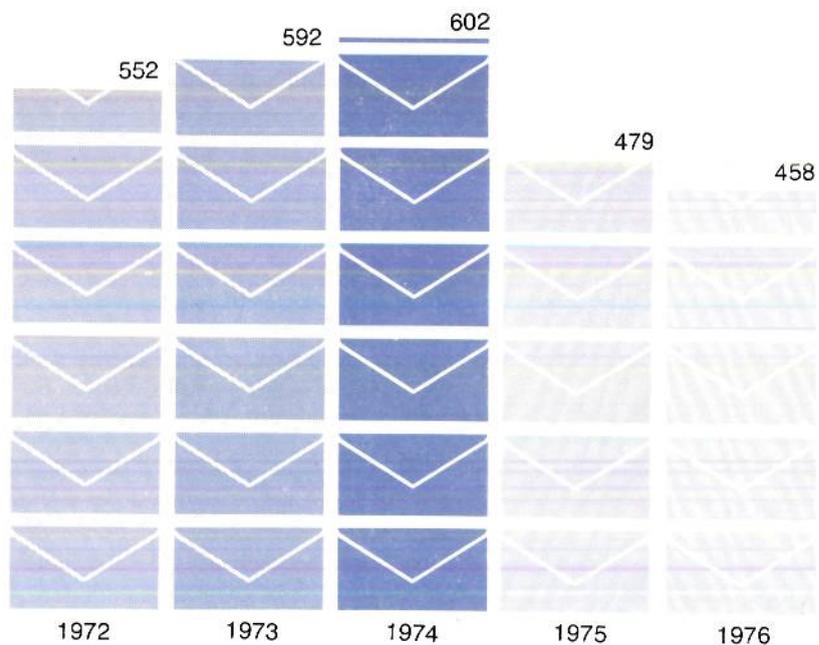
Análise mais desenvolvida da actividade dos vários sectores da Empresa consta dos capítulos seguintes.

2. CORREIOS

O tráfego postal continuou a contrair-se em 1976, como resulta da análise dos dados respeitantes à correspondência ordinária, onde se registou nova contracção, agora de 4.5%. No quadro seguinte documenta-se a evolução do tráfego da correspondência ordinária no período de 1972 a 1976:



CORRESPONDÊNCIA ORDINÁRIA (milhões de correspondências)



Tal facto não deixou de se repercutir nos resultados apresentados pela exploração postal agravando o seu défice, dado que o acréscimo de receitas, originado pela revisão tarifária, foi absorvido pelo aumento das despesas com o pessoal, as quais, na exploração postal, representam mais de 80% das despesas de exploração.

No entanto, o problema da rentabilidade do serviço postal tem vindo a ser encarado através da adopção de medidas nos seguintes domínios: mecanização das operações de tratamento postal, motorização da distribuição e desenvolvimento dos serviços financeiros postais.

Prosseguiu em 1976 o estudo da rede de transportes postais estando a sua revisão a ser assistida por técnicos dos Correios Franceses. Paralelamente, continuou a desenvolver-se a política de motorização daquela rede mediante a aquisição de 138 viaturas ligeiras, 18 furgões pesados e 9 triciclos. Também com o apoio técnico dos Correios Franceses desenvolveram-se os estudos para a definição da estrutura do Código Postal de Encaminhamentos.

No domínio da mecanização postal concluiu-se a instalação de 5 sistemas automáticos de preparação do correio – separação de formatos, faceamento e obliteração – sendo 3 em Lisboa, um no Porto e um em Coimbra. Elaborou-se ainda o anteprojecto da mecanização da triagem de correspondências e de encomendas e dos transportes internos em Cabo Ruivo.



Concluíram-se os estudos preliminares relativos à criação de um Serviço de Cheques Postais, tendo sido submetido a apreciação governamental o respectivo anteprojecto. Trata-se de um passo importante para a formação dos Serviços Financeiros Postais, os quais abrangerão ainda os Vales e a Caixa Económica Postal. O desenvolvimento dos Serviços Financeiros Postais irá contribuir significativamente para a melhoria da rentabilidade dos Serviços de Correios. Não só pelos recursos financeiros que porá à disposição dos Correios para aplicação, como também pela ocupação da capacidade de prestação de serviços oferecida pela rede de estabelecimentos postais.

Ainda na área dos serviços financeiros postais importa referir que se completou a mecanização integral do sistema de Vales Postais (emissão e controlo do pagamento).

Neste momento o controlo do pagamento é inteiramente automático sendo realizado por ordenador. Quanto à emissão de vales nas estações salienta-se que aí se opera a gravação óptica ou, nos casos em que não é possível, tal operação realiza-se em centros de marcação. Para os grandes utilizadores criou-se uma aplicação especial em que os vales são emitidos pelo ordenador (após recepção dos ficheiros em banda magnética) para os destinatários.

No decorrer de 1976 foram inauguradas 6 estações:

- Mexilhoeira Grande
- Faro (Pontinha)
- Oliveira de Azeméis (Loureiro)
- Lisboa (Carriche)
- Torre da Marinha
- Queijas

atingindo, assim, a actual rede de estações de Correios, Telégrafos e Telefones o número de 1025.

A fim de fazer face às exigências do tráfego foram lançadas 15 emissões extraordinárias de selos às quais corresponderam 43 valores emitidos.

3. SERVIÇO TELEFÓNICO

Assistiu-se, em 1976 à recuperação da procura de novos postos telefónicos (45 147 requisições entradas durante o ano), a qual apresentou uma taxa de crescimento de 24%, acentuando a tendência que começara a desenhar-se em fins de 1975.

Consequentemente as requisições pendentes de postos telefónicos (lista de espera) atingiram no fim do ano o quantitativo de 73 559. Deste modo, a relação percentual entre os pedidos pendentes e postos existentes no fim do ano situou-se em 20%.

A evolução das requisições entradas e da lista de espera foi a constante do quadro seguinte:



Requisições de postos telefónicos

Anos	Requisições entradas no ano	Requisições pendentes no fim do ano	% das requisições pendentes em relação aos postos existentes
1972	46 272	40 330	14,2%
1973	58 532	59 425	19,3%
1974	40 231	57 705	17,0%
1975	36 377	57 980	16,7%
1976	45 147	73 559	20,2%

O tráfego telefónico (serviço automático) registou pequenos acréscimos: + 5,8% no serviço local e regional e + 3,5% no serviço interurbano.

Exceptuam-se o serviço da Zona CAM (Continente, Açores e Madeira), em que se registou um acréscimo de 10,3%, e o serviço internacional, no qual se verificou nova e significativa expansão, tendo apresentado uma variação de + 75,8%. No quadro seguinte regista-se a evolução do tráfego telefónico automático.

Tráfego Telefónico (milhões de impulsos)

Serviços	1973	1974	1975	1976	Variação 1976/1975
Local e regional	346	391	398	421	+ 5,8%
Interurbano	1147	1216	1286	1331	+ 3,5%
Zona CAM	36	36	29(a)	32	+ 10,3%
Internacional	(b)	11	29	51	+ 75,8%
Total (c)	1 529	1654	1742	1835	+ 5,3%

(a) – Não é comparável com os valores de 74 em virtude de a partir de 15.JUN.1975 a duração dos impulsos ter passado de 4 para 6 segundos.

(b) – Não existia serviço automático.

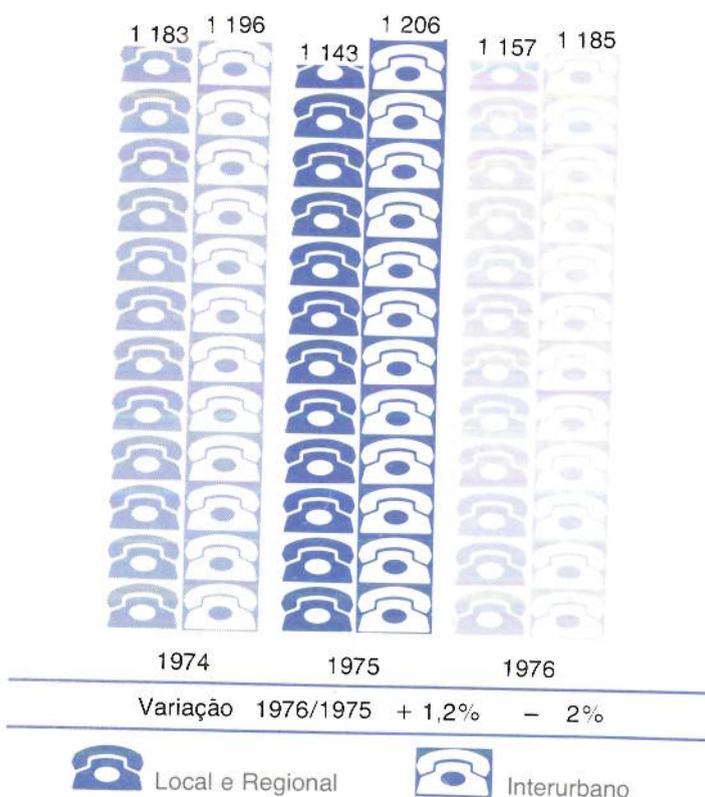
(c) – Notar que nos diversos serviços aos impulsos correspondem diferentes períodos de tempo.

Muito embora o tráfego total mantenha uma tendência para o crescimento, se analisarmos o tráfego gerado por posto telefónico, verifica-se uma contracção no tráfego interurbano.



O quadro seguinte mostra a evolução do tráfego por posto telefónico, o qual está expresso em impulsos por posto CTT no serviço local e regional e por posto da rede telefónica nacional (CTT + TLP) no serviço interurbano.

Tráfego por Posto Telefónico (impulsos)



Em 1976 montaram-se 22 085 postos telefónicos e desmontaram-se 6 248, pelo que o aumento dos postos existentes foi de 15 832, o que representou um crescimento de 4,6% dos postos existentes na rede dos CTT.

No número dos postos telefónicos montados incluem-se 177 postos públicos, o que elevou para 8 761 o número de postos públicos existentes na rede dos CTT. Se a este número adicionarmos os postos públicos existentes na rede dos TLP (2 508 postos) teremos um total de 10 819 postos públicos na rede telefónica nacional.



O quadro seguinte apresenta a evolução dos movimentos verificados:

Evolução dos Postos Telefónicos

Anos	Montados	Desmontados	Existentes
1972	32 655	7 778	283 961
1973	32 363	7 960	308 364
1974	29 266	7 377	330 253
1975	26 131	8 557	347 827
1976	22 085	6 248	363 664

Se aos quantitativos de postos telefónicos montados e desmontados pelos CTT se juntarem os valores equivalentes verificados nos TLP teremos os seguintes números nacionais para 1976:

Rede Telefónica Nacional – Postos Telefónicos

	Montados	Existentes
CTT	22 085	363 664
TLP	62 057	758 740
Rede Telefónica Nacional	84 142	1 122 404

A densidade telefónica nacional situa-se, assim, em 12,9 telefones por 100 habitantes, considerando o censo da população de 1970, número atingido pelos EUA em 1921, pela Suécia em 1938, pela França em 1965 e pela Espanha em 1970.

Prosseguiu-se a política de automatização da rede telefónica tendo sido automatizadas 14 redes:

- Alvaiázere
- Oleiros
- Estreito
- Topo (S. Jorge)
- Madeira
- Álvaro
- Vale de Gaviões*(Margem)
- St.^a Vitória do Ameixial
- Rosário
- S. Teotónio
- Almaceda
- Gavião
- Raposa
- Amoreira Cimeira



Com mais este avanço os postos telefónicos automáticos atingiram o número de 340 961, o que representa uma cobertura de automatização da ordem dos 94%.

As redes locais registaram um aumento de 1 112 km atingindo 70 544 Km, enquanto que nas redes interurbana e regional o aumento foi de 224 Km atingindo a extensão total de 14 104 Km.

Em matéria de qualidade do serviço telefónico importa notar que as chamadas realizadas com absoluta regularidade – à primeira tentativa e sem qualquer deficiência – no serviço local mantiveram praticamente os valores atingidos em 1975. Já nos serviços regional e interurbano observou-se uma pequena degradação na regularidade das conversações, como se pode ver no quadro seguinte:

	1974	1975	1976
Conversações locais regulares	99,5%	99,4%	99,3%
Conversações regionais regulares	96,8%	96,4%	95,5%
Conversações interurbanas regulares	67,8%	75,9%	73,5%

4. SERVIÇO TELEGRÁFICO

Registou-se em 1976 uma sensível recuperação da procura de novos postos telex (412 requisições entradas durante o ano), traduzindo-se numa taxa de crescimento de 39,7% relativamente ao ano anterior. Apesar disso, e devido ao programa de montagens que foi possível desenvolver, a lista de espera sofreu nova redução importante (de 18,4%). Actualmente a lista de espera representa 41% dos postos existentes.

O movimento de requisições de postos telex consta do quadro seguinte:

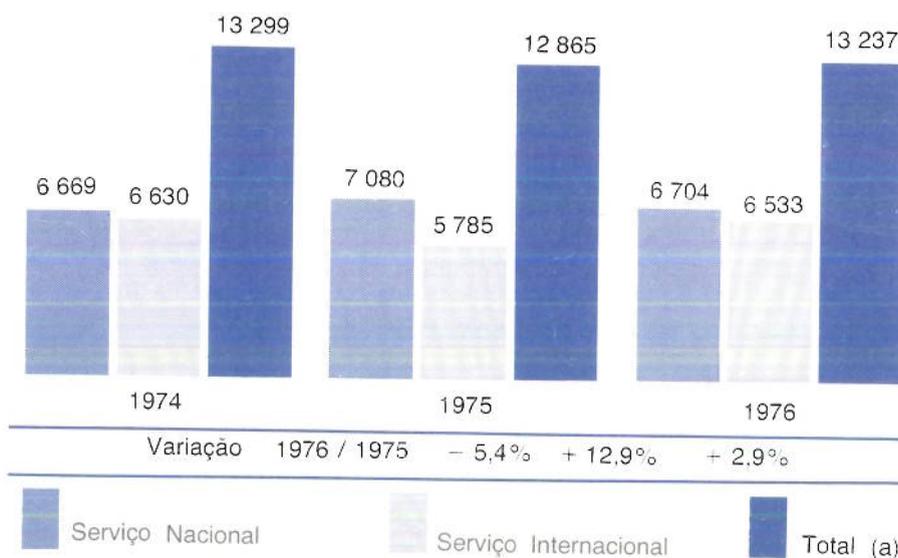
Requisições de postos telex

	Requisições entradas no ano	Requisições pendentes no fim do ano	% das requi- sições pendentes em relação aos postos existentes
1974	626	1931	78%
1975	295	1592	58%
1976	412	1299	41%



O tráfego do serviço telex, respeitante ao serviço nacional, registou uma contracção de 5,4%. Porém, tal valor terá de ser ponderado pelo facto de, no decorrer do ano, se ter alterado o período de tempo da unidade de contagem na zona Continente – Açores – Madeira, o qual passou de 18 segundos para um minuto. Convertendo o tráfego nacional em minutos observa-se um crescimento de 7,7%. Já no serviço internacional (tráfego de saída) verificou-se um acréscimo de 12,4%. No quadro seguinte regista-se a evolução do tráfego telex:

Tráfego Telex (milhões de impulsos)



(a) – Notar que anteriormente a 1976 os dados referentes ao serviço nacional se encontram expressos em impulsos, cuja duração era inferior ao minuto na zona CAM, enquanto os dados do serviço internacional correspondem sempre a períodos de tempo iguais ao minuto.



Montaram-se 444 novos postos, o que traduz um crescimento de 16% relativamente aos postos existentes no fim de 1975.

No final de 1976 estavam em funcionamento 3162 postos telex. O quadro seguinte apresenta a evolução dos movimentos verificados:

Evolução dos postos telex

Anos	Montados	Desmontados	Existentes
1974	442	47	2476
1975	392	100	2768
1976	444	50	3162

No serviço de telegramas continuou a observar-se a tendência decrescente dos tráfegos: na zona interna e interinsular a contracção do número de telegramas foi de 24%, na zona CAM de 17% e no serviço internacional de 24%.

5. SERVIÇO RADIOELÉCTRICO

Continuou o desenvolvimento dos licenciamentos de instalações radioeléctricas, se bem que a ritmo mais atenuado, tendo atingido o número de 8714, o que representa um aumento de 1048 ou + 13,6%.

No que se refere a instalações radiotelefónicas privadas, em que predomina o serviço móvel terrestre, encontravam-se licenciados no fim do exercício 7485 instalações, o que traduz um acréscimo de 858 em relação ao ano anterior, ou seja + 12,9%. Foi a seguinte a evolução das instalações radiotelefónicas privadas:

INSTALAÇÕES RADIOTELEFÓNICAS

Anos	N.º de instalações	Variação Anual	
		Absoluta	Relativa
1974	5567	+ 1047	+ 23%
1975	6627	+ 1060	+ 19%
1976	7485	+ 858	+ 13%



O «Ficheiro Nacional de Frequências» compreendia no termo do ano 10 744 consignações de frequências.

Durante o ano, além da actividade normal de análise da compatibilidade de consignações e de coordenação da utilização de frequências, tanto a nível nacional como internacional, consignaram-se 888 frequências a estações nacionais.

Foram ainda notificadas à IFRB (International Frequency Registration Board) da União Internacional de Telecomunicações (UIT) 392 frequências para estações nacionais.

No final do ano encontravam-se inscritas no «Ficheiro de Referência Internacional» da IIT 4474 frequências para uso de estações portuguesas.

Aponta-se ainda que se iniciou a montagem de equipamento radioeléctrico para duplicação do feixe hertziano Faial-Pico e foi aumentada a capacidade das ligações S. Miguel – St.ª Maria e S. Miguel – Terceira com mais 12 vias telefónicas em cada um destes circuitos.

6. PESSOAL

Em meados do ano de 1976 iniciaram-se as negociações com os sindicatos representativos dos trabalhadores da Empresa para celebração do primeiro Acordo Colectivo de Trabalho. Sendo a primeira experiência de contratação colectiva representa um momento importante da evolução do regime jurídico e social dos trabalhadores desta Empresa.

A evolução da massa salarial, desdobrada pelas suas principais componentes, relativamente ao ano anterior, consta do quadro seguinte (em contos):

	1975	1976	Varição 1976/1975
Remunerações certas	2 503 918	3 400 273	+ 35,8%
Remunerações acidentais	188 213	260 723	+ 38,5%
Encargos Sociais e de Previdência	230 795	257 130	+ 11,4%
Massa Salarial	2 922 926	3 918 126	+ 34,0%

O acréscimo da massa salarial (995 200 contos) deve-se às repercussões no exercício de 1976 do aumento de encargos originado pela aplicação da nova tabela salarial em 1975, ao aumento de efectivos registado, à incorporação nos vencimentos da totalidade dos impostos, e, finalmente, à imputação ao exercício de 1976 de 400 000 contos como estimativa dos reflexos naquele ano do acordo salarial em negociação.

O vencimento mensal médio – calculado tendo em conta as despesas com vencimentos e na base da média dos efectivos registada durante o ano – foi de 8 650 escudos (6 447 escudos em 1975). Se incluirmos o subsídio de férias e a gratificação de natal o vencimento médio situou-se em 10 090 escudos (7 670 escudos em 1975).

O encargo anual médio por trabalhador, em termos de massa salarial, foi de 134 contos o que representa um encargo médio mensal por trabalhador de 11,2 contos.

Em 31 de Dezembro a Empresa tinha ao seu serviço 29 456 trabalhadores, tendo-se verificado um aumento líquido de 531 unidades em relação ao ano anterior.

O aumento de efectivos corresponde a um movimento de entradas de 1 150 (757 admissões e 393 regressos) e de saídas de 619.



A evolução de efectivos da Empresa nos últimos 5 anos foi a seguinte:

Efectivos

Anos	Número	Varição Absoluta	Varição Percentual
1972	24 458	+ 366	+ 1,5 %
1973	25 022	+ 564	+ 2,3 %
1974	26 841	+ 1 819 (a)	+ 7,3 %
1975	28 924	+ 2 083 (a)	+ 7,8 %
1976	29 456	+ 532	+ 2,0 %

(a) – As variações de efectivos em 1974 e 1975 incluem a integração de cerca de 2600 trabalhadores assalariados nos quadros da Empresa.

Dos 29 456 trabalhadores ao serviço da Empresa 62% (18 099) estavam afectos ao serviço de correio, 28% (8295) ao serviço das telecomunicações e os restantes 10% (3062) pertenciam aos serviços de apoio.

O nível de absentismo (excluídas as férias) cifrou-se em 6% referidos aos dias úteis de serviço.

Não obstante se ter observado no clima de relações de trabalho da empresa uma sensível melhoria a Empresa suportou duas paralisações de trabalho. De 28 de Maio a 4 de Junho desencadeou-se uma greve nos serviços de telecomunicações a qual teve por origem um conflito respeitante a reivindicações salariais do pessoal técnico. Em 15 de Dezembro efectuou-se uma greve-aviso de 24 horas com o intuito de pressionar a Administração a aceitar a massa salarial reivindicada pelos sindicatos no quadro das negociações do Acordo Colectivo de Trabalho.

Com o objectivo de, por um lado, estabelecer condições que permitam melhorar a eficiência da actuação da função pessoal, e por outro, de iniciar um processo de descentralização da gestão do pessoal procedeu-se à reestruturação da Direcção de Serviços de Pessoal (DSP), a qual passou a integrar 3 sub-direcções – Pessoal, Formação e Actividades Sociais.

As despesas com as Obras Sociais da Empresa atingiram o valor de 273 356 contos, o que corresponde a 5% da receita dos CTT e a 8% das despesas certas com o pessoal. Daquele montante, 102 330 contos foram gastos com a organização e funcionamento das obras Sociais e 171 026 contos foram atribuídos a subsídios e a participações nas diversas prestações sociais.

No ano a que este relatório diz respeito entraram em funcionamento uma delegação do Centro de Assistência em Vila Franca de Xira e uma creche em Évora.

Passou a conceder-se uma participação mensal de 500 escudos por criança às empregadas que, por motivos de trabalho incompatíveis com o período de funcionamento de estabelecimentos apropriados, ou pela inexistência deles, tenham de entregar os filhos menores de 6 anos aos cuidados de amas. Estabeleceu-se, ainda, uma participação no valor de 70% sobre as despesas resultantes da utilização, sob prescrição médica, dos serviços de enfermagem particular em localidades onde não existam delegações do Centro de Assistência. Instituiu-se, também, um subsídio no valor de 1500 escudos por criança atribuível pelo nascimento de filhos de trabalhadores. Finalmente, aumentou-se, para o valor máximo de 1000 escudos o subsídio para parto a conceder quando, não havendo internamento, as beneficiárias sejam assistidas por parteiras estranhas aos CTT.